

CLARICE LISPECTOR E A FELICIDADE CLANDESTINA

CLARICE LISPECTOR AND CLANDESTINE HAPPINESS

Nataniel Bezerra da Costa HORA¹

RESUMO: A proposta deste artigo é discorrer sobre a percepção da palavra felicidade no conto “Felicidade Clandestina”, de Clarice Lispector. Essa análise se constrói diante de compreensões do valor plurissignificativo da palavra no texto literário e do dialogismo que é possível ocorrer entre o léxico e a sua plurissignificação. Como objetivos específicos, podem ser elencados: apresentar a ideia filosófica de felicidade tomada por alguns filósofos; apresentar no conto basilar as marcas de percepção da narradora sobre o termo atribuído ao estado de feliz; e esclarecer a ideia de felicidade desenvolvida pela narradora. A narradora do conto constrói um texto com tomada de referência do conceito canônico da palavra felicidade para, a partir daí, desenvolver uma narrativa com outra percepção da palavra. Ademais, este estudo é bibliográfico qualitativo. Serviram de apoio teórico: Abbagnano (2012), Marías (1989), Laêrtios (2008), Piglia (2004), Driver (2009), Fonseca (2016), Bakhtin (1992), Freud (2016), dentre outros. Esses autores fomentam as discussões no tocante à compreensão do termo analisado (felicidade) e dos esclarecimentos dos sentidos de uma palavra nos diversos contextos ou nos dialogismos textuais.

PALAVRAS-CHAVE: Clarice Lispector. Filosofia. Felicidade. Significação.

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss the perception of the word happiness in the short story “Felicidade Clandestina”, by Clarice Lispector. This analysis is built upon the understanding of the plurissignificative value of the word in the literary text and the dialogism that is possible to occur between the lexicon and its plurissignification. As specific objectives, it can be listed: to present the philosophical idea of happiness taken by some philosophers; to present in the short story the narrator’s perception marks about the term attributed to the happy state; and to clarify the idea of happiness developed by the narrator. The narrator of the short story builds a text with a reference to the canonical concept of the word happiness in order to, from there, develop a narrative with another perception of the word. Furthermore, this is a qualitative bibliographical study. The following authors provided theoretical support: Abbagnano (2012), Marías (1989), Laêrtios (2008), Piglia (2004), Driver (2009), Fonseca (2016), Bakhtin (1992), Freud (2016), among others. These authors foster the discussions regarding the understanding of the analyzed term (happiness) and the clarifications of the meanings of a word in the various contexts or textual dialogisms.

KEYWORDS: Clarice Lispector. Philosophy. Happiness. Meaning.

1. Graduado em Letras (Faculdade Atlântico), tem pós-graduação lato sensu em Didática do Ensino Superior, é professor da SEDUC-SE e Mestre Profissional em Letras (PROFLETRAS) pela Universidade Federal de Sergipe, campus São Cristóvão (turma 6). E-mail: nathanbezerracc@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-4136-1112>.

INTRODUÇÃO

*“-Queria saber: depois que se é feliz o que acontece? O que vem depois?”
(Clarice Lispector, no livro *Perto do Coração Selvagem*, Rocco, 1998).*

Este artigo discorre sobre a percepção de felicidade desenvolvida no conto clariceano “Felicidade Clandestina”. Trata-se do estudo deste conto para melhor compreender como pode a palavra carregar uma tomada de significado tão variável sem mesmo estar escrita com o seu sentido canônico. Diante dessa perspectiva, trabalhamos no decorrer das discussões as marcas que a narradora vai deixando no texto, conforme a suposta intenção de submeter sua felicidade a uma felicidade não tradicional.

Ao considerar o texto literário possível de atribuir plurissignificação a determinada palavra, neste estudo, optamos por compreender como a palavra felicidade pode ser compreendida e atribuída pela filosofia e por alguns filósofos significativos. Diante disso, foi imprescindível lançar luz à cronologia de tomada de conceito da palavra felicidade para que fosse possível não desconsiderar o valor plurissignificativo do termo.

Diante dessas considerações, a premissa maior desse artigo é discorrer sobre a percepção da palavra felicidade no conto “Felicidade Clandestina”, de Clarice Lispector. Como objetivos específicos, podem ser elencados: apresentar a ideia filosófica de felicidade tomada por alguns filósofos; apresentar no conto basilar as marcas de percepção da narradora sobre o termo atribuído ao estado de feliz; e esclarecer a ideia de felicidade desenvolvida pela narradora. Para isso, serviram de apoio teórico: Abbagnano (2012), Marías (1989), Laértios (2008), Piglia (2004), Driver (2009), Fonseca (2016), Bakhtin (1992), Freud (1976), dentre outros. Ademais, este é um estudo bibliográfico qualitativo (RICHARDSON, 2012), norteado pela seguinte interrogativa: “qual a significação atribuída à palavra felicidade pela narradora do conto ‘Felicidade Clandestina’, da escritora Clarice Lispector?”.

A FELICIDADE E A FILOSOFIA

Desde quando o homem tomou consciência de si, ele tende a buscar algo que o apeteça, algo que faça a vida valer a pena; e não só existir sem ter conhecimento de sua finalidade no mundo, para assim prosseguir vivendo com sentido e vontade. Ou seja, o homem sempre buscou um sentido para a sua vida. E esses sentidos eram diversos.

Com o pensamento ocidental, muitos pensadores se esforçaram para tentar resolver o enigma da famosa felicidade humana. Sócrates, “o pai do pensamento ocidental”, que viveu na Grécia Antiga, em mais de 300 d.C., já vinha pondo em xeque essa mesma questão. Para ele, a felicidade e o sentido da vida consistiam em

buscar o conhecimento de si mesmo, (conhece-te a ti mesmo), também para que dessa forma a pessoa tratasse mais da alma do que das coisas materiais. Assim ele definiu qual era a vida realmente feliz, uma vida longe dos apegos materiais e voltada para o conhecimento da alma.

É muito comum encontrar pessoas idealistas, que sempre acham que tudo poderia ser melhor e que há ainda algo a ser atingido que nos é inacessível. Essas pessoas, de certa forma, mesmo que não percebam, são influenciadas pelo pensamento platônico cujo princípio é a ideia de ideal inatingível. Por isso, é muito comum encontrar em nosso cotidiano a expressão “amor platônico”, que quer dizer idealizado, inalcançável.

Platão (Atenas, 348/347 a.C.), filósofo clássico e discípulo de Sócrates, também tentou encontrar uma resposta assim como seu mestre. Platão defendia que a felicidade consiste em fazer o bem em sua total plenitude e perfeição. Ora, mas como fazer isso, já que ele diz que tal fato só é possível no “mundo das ideias” ou “mundo inteligível”? Desse modo, é possível encontrar um ar de impossibilidade de desfrute de uma vida plenamente feliz, uma vez que isso só é possível num mundo além de nossos sentidos.

Aristóteles (Atenas, 322 a.C.), filósofo clássico, discípulo de Platão, também se empenhou na difícil tarefa de tentar responder o enigma de dizer o que é felicidade. Ele pensava diferente de seu mestre, uma vez que abordava as coisas em seu sentido material e em harmonia com o universal. Dessa forma, esse pensador sempre tinha a felicidade como uma ligação com o mecanicismo do universo. Ele defendia a tese de que ser feliz era estar em harmonia com o lugar onde se encontra e ter um desabrochar pleno de suas excelências para o alcance da virtude. Isso porque ele defendia um lugar para cada ser na natureza e, estando fora desse lugar, o ser não é feliz, mas sempre viverá vagando no mundo sem desfrutar da felicidade em sua plenitude. Essa felicidade ele intitulou de *eudaimonia*.

Segundo o dicionário Aurélio, felicidade significa “1. Qualidade ou estado de feliz. 2. Bom êxito; sucesso” (FERREIRA, 2014, p. 327). Por ser uma ideia que vem há anos sendo discutida, essa é somente mais uma definição. Por muitas décadas, os filósofos muito já definiram conceitos sobre felicidade, seja ela num sentido individual, pessoal ou íntimo (ABBAGNANO, 2012).

Para início de uma discussão mais alicerçada em conceitos históricos, torna-se imprescindível compreender filosoficamente o que já foi discutido como esse estado de ser, de ser visto ou de se estar, isso porque na sociedade contemporânea é possível apropriar-se do conceito mais antigo à realidade atual, já que se trata de um tema de ampla universalidade. Dessa maneira, torna-se importante mapear a trajetória filosófica dessa ideia. À luz dos gregos mais antigos, a felicidade era atribuída à sorte, ou melhor, à boa sorte obtida pelo indivíduo, assim discorreu Tales de Mileto, filósofo matemático grego (século 7 a.C. e a primeira metade do século 6 a.C.); para ele, feliz era “quem tem

corpo são e forte, boa sorte e alma bem formada” (BERTI, 2010). Essa visão vinha dos povos gregos mais antigos e foi muito seguida pela tradição da época.

Etimologicamente, em grego, a palavra felicidade quer dizer “eudaimonia”. É composta por prefixação. *Eu* corresponde a bom; e *daimonia*, a demônio. Juntando os léxicos, é possível interpretar que o povo daquela época acreditava que ser feliz era carregar um bom demônio. Na verdade, felicidade era mais que isso. Era um semi-deus ou gênio que seguia os humanos na sua trajetória pelo mundo. Seria bom andar com ele, pois estaria assim com muita sorte. A sorte era uma dádiva dos deuses. Em contrapartida, quem não tivesse sendo acompanhado por esse “demônio bom”, ou melhor, tivesse como companhia o “mau demônio”, era um triste infeliz, miserável, sem sorte. Assim, nos tempos gregos, as pessoas muito acreditaram que os tempos eram norteados pela infelicidade. Os demônios maus pairavam pelas multidões e, dessa maneira, eram mais infelizes que felizes. As tragédias gregas foram inventadas como modo pessimista de ver o mundo por essa lente. Assim, é possível compreender quando o professor Isaac Epstein comenta que

Desde os gregos pré-socráticos até a atualidade, poucos filósofos e poetas deixaram de abordar o tema; otimistas alguns, considerando a felicidade possível; pessimistas outros, negando essa possibilidade. A linhagem do pessimismo é longa. As grandes tragédias gregas de Esquilo, Sófocles e Eurípedes escritas no século quinto a.C. geralmente não tinham um final feliz. Seus personagens lidavam com conflitos insolúveis e estavam envolvidos em circunstâncias e com poderes superiores às suas forças. Nesse universo trágico “nenhum homem é feliz”, diz o Mensageiro na Médea de Eurípedes (EPSTEIN, 2014, n/p).

Diante dessa realidade enfrentada pelos gregos, a filosofia chegou para amenizar ou mitigar as ideias mais pessimistas. Ao contrário de se estabelecer exclusão, essa ciência decidiu nortear os indivíduos para a busca da felicidade, e não fugir dela. Para Demócrito de Abdera (460 a.C./370 a.C.), a felicidade era “a medida do prazer e a proporção da vida”. Esse filósofo trata do equilíbrio entre o prazer da vida e as ilusões que venham a surgir no cotidiano. Para ser feliz era necessário ter serenidade ao viver as satisfações do corpo. Porém, Sócrates (469 a.C./399 a.C.) discorre sobre outra possibilidade de ser feliz: através de uma boa e justa conduta. Não era exclusivamente o prazer ou desejo do corpo que dava ou possibilitava a felicidade, mas a moralidade entre os homens justos se fazia coerente com a verdade de ser feliz de fato. Nesse contexto, a ética estava vinculada ao estado de feliz. Assim, o homem não deveria considerar somente o corpo como pré-requisito para estar completo, mas a alma também. O final da vida desse filósofo, condenado pelo tribunal de Atenas, foi de abdicação ao injusto. Ao beber a taça de vinho, por julgamento e condenação errônea, se considerou feliz ao estar cumprindo com uma ética moral de estar a par da justiça. Assim, certamente, optou por

morrer feliz em vez de ser injusto. Por isso, seria melhor sofrer a injustiça a praticá-la. Dessa maneira, é salutar compreender que Sócrates não se apegou ao mais social dos conceitos de felicidade, mas ao seu próprio modo de pensar e de se comportar diante dos contextos sociais injustos. Sua filosofia, certamente, era de autonomia alicerçada na virtude, na justiça e na moralidade subjetivas. Ao seguir esse comportamento em sua época, Sócrates antecipa a noção de poder optar pela felicidade, mas que o levou a duras consequências, como a própria morte (LAËRTIOS, 2008). Seus discípulos o seguiram em consonância, mas particularmente Antístenes (445 a.C./365 a.C.) acrescentou a noção de um ser autossuficiente, autarquia em grego, que percorreu pelos anos seguintes.

Cronologicamente, a ideia de felicidade é desenvolvida a partir de um cunho filosófico vinculado à alma, não resumido somente a uma questão de satisfação do corpo. Com Aristóteles, a felicidade se faz valer na verdade de que o homem é um ser racional. A intelectualidade se conforta diante de uma atribuição racional ao ser como pessoa que utiliza a razão nos seus atos de lidar com as questões humanas. Dessa maneira, a ética estava diretamente ligada a condições de garantias para o outro. Os indivíduos podiam ser felizes em condições de assistência moral do Estado. Portanto, ser dono do exercício do pensamento era uma grande virtude de felicidade dos seres humanos, mais precisamente dos filósofos. Assim, pode-se entender que a “alma racional” tem como virtude a prática do pensamento; essa virtude podia até aproximar os homens dos deuses, o que era uma bonificação.

Os filósofos gregos percorrem anos na discussão de uma nova roupagem para a felicidade. Essa palavra toma novas interpretações. Para filósofos helênicos ou gregos, em suas escolas que vieram a surgir, a alma teria uma felicidade, bem como o corpo, mas não como um meio de prazer exclusivo na autossuficiência de optar pelo que lhe for mais justo, mas de abdicar desse ato e salvação da própria essência da alma. Epicuro (341 a.C./271 a.C.) deixa claro o prazer discutido nas escolas helênicas como um prazer de liberdade do desejo.

Com o passar dos tempos, após o fim do mundo helênico e início da Idade Média, a ideia de felicidade passou a não ser mais uma questão filosófica, pois agora o homem passa a compreender a felicidade no mundo e nos fatos. Essa preocupação não condizia com o cristianismo, pois para este o que mais importava era a salvação da alma. Na Idade Moderna, a filosofia volta a refletir sobre a temática mais uma vez. John Locke (1632/1704) e Leibniz (1646/1716) consideraram a felicidade como um “prazer duradouro”. Immanuel Kant (1724/1804) relaciona a felicidade ao desejo e à vontade, desligando-a da filosofia e da ética (KANT, 2001). Mais precisamente, Kant percorre um longo caminho de uma felicidade como um segmento da vontade e do prazer, o que dá espaço para o que pode ser defendido como direito humano na Constituição dos Estados Unidos da América, em 1787.

No século XX, muitos teóricos trabalharam a noção de felicidade. No contexto filosófico, o egocentrismo não deu espaço para ninguém ser feliz, já que para ter felicidade era necessário estar de acordo com parâmetros sociais moldados pelo outro. O inglês Bertrand Russell (1872/1970), na sua obra “A conquista da felicidade”, discorre sobre a necessidade de atender às exigências dos outros para ser feliz, o que é algo complexo. O filósofo espanhol Julián Marías, no ano de 1989, ainda ressaltou a necessidade de uma percepção filosófica sobre a ideia de felicidade; para que não se reduzisse a vida humana somente a posses e a padrões sociais compreendidos, na verdade, como a felicidade do outro padronizada a uma exigência (MARÍAS, 1989).

Diante dos diversos pensadores citados acima, ainda fica incompleta a indicação exata do que venha a ser felicidade, se não fosse fechada a discussão. Se se trata de instantes de intenso prazer individual, é impossível afirmar que ser feliz dependa dos outros, mas sim de si mesmo, porque somente o sujeito em si sabe o que lhe deixa feliz e liberto (KANT, 2001). Assim, surge a ideia de que o que é felicidade para um indivíduo, pode não ser para o outro.

A FELICIDADE QUE ERA CLANDESTINA

A união de dois fios de uma vida se materializa numa narrativa que ocorre para contar a história de maldade que sofreu a narradora por ter desejado tanto um livro, “As Reinações de Narizinho”. Pelas pistas que a narradora-personagem vai dando, ela e suas amiguinhas causavam inveja à garota que era “gorda, baixa, sardenta e de cabelos excessivamente crespos, meio arruivados” (LISPECTOR, 1971, p. 5). Essa característica é apresentada logo no primeiro parágrafo do conto. Como início de sua recordação, a narradora não dispensa a inferioridade física da filha do dono da livraria, mas a superioridade social era decisória, pois possuía um pai dono de uma livraria; poderia ler os livros que quisesse, embora nada seja informado na narrativa. Mais precisamente, o talento para a maldade era seu maior pecado, que trazia como bônus à soberba, “como se não bastasse enchia os dois bolsos da blusa, por cima do busto, com balas” (LISPECTOR, 1971, p. 5); embora isso elevasse sua fealdade. Porém, era, supostamente, uma garota feliz, de condições financeiras consideráveis, tinha mais dinheiro que as coleguinhas. Com isso, é possível ler no decorrer da narrativa a alusão de que “Ela não morava num sobrado como eu, e sim numa casa” (LISPECTOR, 1971, p. 6). Dessa maneira, a história vai se desenrolando diante comentários sobre como tudo começou.

De início, a narradora queria um livro, mas não era qualquer livro, era *As Reinações de Narizinho*, que, para uma garota que estava descobrindo a leitura, significava muito no período de descoberta da literatura infantil, estava sendo a projeção da felicidade para ela naquele momento. Dessa maneira, embora a filha do dono da livraria

fosse antipática e desagradável, invejavelmente “[...] possuía o que qualquer criança devoradora de histórias gostaria de ter: um pai dono de livraria” (LISPECTOR, 1971, p. 5). Para uma garota devoradora de livros, era uma imensa inveja, era na verdade a felicidade em outras mãos, ou em outra vida, talvez. Coerentemente, esse fato não tinha significância para si, pois de nada adiantava ter um pai dono de livraria se ela “pouco aproveita” (LISPECTOR, 1971, p. 5).

Na busca pela felicidade, a narradora tinha uma percepção singular da posse do livro que tanto queria ler, pois estava descobrindo o mundo da leitura e queria muito ter aquela obra tão famosa na época. Em outra realidade, o costume com os livros e com a falta de hábito de leitura eliminava a visão da filha do dono da livraria da preciosidade dos volumes a que tinha acesso; em análise, é possível compreender a relatividade para culminar num ser feliz, o que seria felicidade para uma pessoa poderia não o ser para a outra. Um livro não afetava tanto a filha do dono da livraria, talvez porque já o tinha, mas para uma leitora intensa e voraz significava muito, era sua felicidade tão almejada.

O sofrimento começou: a filha do dono da livraria diz que vai emprestar o livro, pois o tinha, e que fosse buscar. Nessa passagem da narrativa, a narradora-personagem prepara o leitor no tópico frasal, “mas que talento tinha para a crueldade. Ela toda era pura vingança (...)” (LISPECTOR, 1971, p. 5). A vingança era notória como uma forma de revidar sua retração diante das garotas fisicamente bonitas. Talvez por alívio, era preciso se vingar. As garotas esguias causavam-na inveja, e assim ela o queria fazer. Embora as balas a enfeassem mais, e a avareza fosse mais uma característica negativa de sua personalidade, a garota também era invejosa, justamente por isso não gostava das colegas de classe. Sobre tal fato, a narradora escreve: “Como essa menina devia nos odiar, nós que éramos imperdoavelmente bonitinhas, esguias, altinhas, de cabelos livres” (LISPECTOR, 1971, p. 5).

Mas querer o livro fez com que a narradora sofresse e percebesse como ser feliz custou tão caro para ela, a ponto de precisar escrever seu caminho de amargura, “Comigo exerceu com calma ferocidade o seu sadismo. Na minha ânsia de ler, eu nem notava as humilhações a que ela me submetia: continuava a implorar-lhe emprestados os livros que ela não lia” (LISPECTOR, 1971, p. 5). O sofrimento a acompanhou desde o começo, ela não queria saber das humilhações, queria o livro para se tornar completa, feliz na sua fase de leitora assídua. Dessa maneira, é preciso notar também o fato de que a humilhação da narradora iniciou desde o começo do enredo. Humilhar de fato era um talento que a filha do dono da livraria trazia consigo. A garota gorda e sardenta era inteligentemente calculista. Encontrou uma presa, indefesa, vulnerável por querer sofrer para se tornar feliz. E declarou “Até que veio para ela o magno dia de começar a exercer sobre mim uma tortura chinesa” (LISPECTOR, 1971, p. 6). Nesse momento da narrativa, é possível perceber que a narradora foi afetada pela vontade proximal de ser feliz com o livro, embora o pior ainda estivesse por vir.

Como quem tem pressa de ser feliz, e realmente o tinha, correu logo à procura da felicidade. No dia seguinte, foi correndo à casa da filha do dono da livraria. A recepção não foi das melhores, nem foi convidada para entrar. Porém, os dias se passariam como uma luta invencível para a busca da felicidade, “[...] o dia seguinte viria, os dias seguintes seriam mais tarde a minha vida inteira, o amor pelo mundo me esperava, andei pulando pelas ruas como sempre e não caí nenhuma vez” (LISPECTOR, 1971, p. 6).

As humilhações continuaram, e a narradora queria ser feliz mesmo diante do paradoxal “plano tranquilo e diabólico” (LISPECTOR, 1971, p. 5) da filha do dono da livraria, que cometia sua maldade sem que sua mãe soubesse e calmamente humilhava a narradora nos seus “dias seguintes”. Esses seriam dias de sofrimento e de esperança renovada ao voltar com a promessa de que no outro dia lhe emprestaria o exemplar. Ao escrever os termos, “plano tranquilo e diabólico” (LISPECTOR, 1971, p. 5), a escritora remete a uma possibilidade de que tudo era feito por um capricho maldoso e perspicaz. A garota gorda e sardenta tinha uma grande habilidade para a prática do mal.

Embora a narradora declare que “[...] começara a adivinhar que ela me escolhera para eu sofrer, às vezes adivinho. Mas, adivinhando mesmo, às vezes aceito: como se quem quer me fazer sofrer esteja precisando danadamente que eu sofra” (LISPECTOR, 1971, p. 7), ir buscar o livro não a cansou, nem tirou sua esperança. O sofrimento precederia a felicidade; mas não seria uma felicidade infinita, já que foi, e sempre fora, clandestina para ela. Fugindo da ideia de felicidade continuada e ininterrupta, Lispector se concentra numa conclusão de momento feliz, tão feliz que não haja pressa de terminar, mas de reprisar seu efeito de afeto ao ser.

Até que, finalmente, por ação da mãe bondosa da garota gorda e sardenta, “ouvindo humilde e silenciosa a sua recusa” (LISPECTOR, 1971, p. 7), a narradora conseguiu o livro emprestado. Depois disso, “Houve uma confusão silenciosa, entrecortada de palavras pouco elucidativas” (LISPECTOR, 1971, p. 7). Essa ‘confusão silenciosa’ é reveladora diante de tudo que ainda estava oculto. É por isso que Piglia assevera sobre essa passagem que “O conto é um relato que encerra um relato secreto” (2004, p. 91). Assim a narradora consegue o sonhado livro. Esteve em suas mãos a materialização do que poderia ser a felicidade para ela. Seria emprestado, como se fosse o fato de ser feliz, nunca para sempre, mas por um momento.

O empréstimo foi uma grande vitória; e, surpreendentemente, por quanto tempo quisesse. “[...] é tudo o que uma pessoa, grande ou pequena, pode ter a ousadia de querer” (LISPECTOR, 1971, p. 8). Essa felicidade se consome num clímax de ter um livro em sua posse. Ao continuar, a narradora discorre,

Como contar o que se seguiu? Eu estava estonteada, e assim recebi o livro na mão. Acho que eu não disse nada. Peguei o livro. Não, não saí pulando como sempre. Saí andando bem devagar. Sei que segurava o livro grosso com as

duas mãos, comprimindo-o contra o peito. Quanto tempo levei até chegar em casa, também pouco importa. Meu peito estava quente, meu coração pensativo (LISPECTOR, 1971, p. 8).

Dessa maneira, a narradora começa a tornar a ideia de felicidade findável, de finais em que seus meios são intensos, principalmente no auge da posse do livro. A busca foi intensa, sofrida, humilhante, mas a recompensa foi ter o livro, para assim estar feliz com ele.

Em *A hora da estrela*, um texto narrativo considerado uma novela, a última criação de Clarice Lispector um pouco antes de sua morte, em dezembro de 1977, a palavra felicidade aparece duas vezes na primeira página da narrativa, quando Rodrigo S.M., seu narrador, em uma metalinguagem da escrita literária, refere-se ao povo nordestino. Assim escreve e se interroga ao escrevê-la, “Então eu canto algo como uma melodia sincopada e estridente – é a minha própria dor que eu carrego, que eu carrego o mundo e há falta de felicidade. Felicidade? Nunca vi palavra mais doida, inventada pelas nordestinas que andam aí aos montes” (LISPECTOR, 1998, p. 12). Ao escrever e se interrogar com a ideia “doida” de felicidade, o narrador a designa como inventada pelos nordestinos. Acontece que a história de Macabéa seria gradualmente contada. Uma jovem nordestina sofrida, sozinha, cheia de sonhos, logo à espera de uma felicidade equivocadamente contínua, que uma cartomante lhe revelaria, mas que seria negada pela morte.

Para a Constituição Norte Americana, essa busca é um direito individual, quando defende: “Consideramos que essas verdades são evidentes, que todos os homens são criados igualmente, que são dotados de certos direitos inalienáveis, concedidos pelo Criador, entre os quais a vida, a liberdade e a busca da felicidade” (Estados Unidos das Américas, 1787, p. 12). Como um direito individual e ainda subjetivo, isso se faz necessário numa plenitude de vida feliz. Diante disso, Driver (2009, p. 184) escreveu que

Em uma ordem social racional, de acordo com a teoria iluminista, o governo existe para proteger o direito do homem de ir em busca da sua mais alta aspiração, que é, essencialmente, a felicidade ou o bem estar. O homem é motivado pelo interesse próprio (sua busca de felicidade), e a sociedade/governo é uma construção social destinada a proteger cada indivíduo, permitindo a todo viver juntos de forma mutuamente benéfica (DRIVER, 2006, p. 76).

Essa felicidade é tomada como tradicionalmente contínua e ininterrupta. No conto “Felicidade Clandestina”, a narradora-personagem, em seu trabalho de produção, tece o fato de não *ser* feliz, mas de *estar* feliz, num embate ideológico de como se somente fosse possível sê-lo abdicando ou modificando a realidade vivida e buscando o que é sonhado, projetado, pois assim seria possível usufruir de uma vida totalmente

livre do sofrimento, das decepções e da tristeza que fazem parte da vida. Essa construção de sentido da palavra no texto pode ser efetivada diante de um prévio conhecimento de sentido genérico do léxico dicionarizado na situação de recepção textual em que o leitor pode compreender um novo sentido da palavra para que essa significação seja atribuída. Com isso, Fonseca escreve que,

O problema da significação historicamente tem sido objeto de investigação e debate de diversas áreas do conhecimento, entre as quais a filosofia da linguagem e a linguística, esta última, principalmente no âmbito dos estudos semânticos e do discurso (FONSECA, 2016, p. 79).

Mas a percepção de felicidade se constrói no conto aqui em análise num projeto de posse do livro diante de um fato findo, que não seria a posse de ter, mas o ter em mãos por um tempo como se fosse dona, possivelmente. O amor pela leitura submeteu a narradora a querer muito um livro. Ele era sua felicidade. Mas é perceptível que ela não esperava continuar sendo feliz, porque o devolveria após a leitura, por isso valeria muito gozar da felicidade em que se encontrava. Reviver o momento feliz era multiplicar os fatos em retorno. Isso a tornara feliz por vários momentos em pouco espaço de tempo. Justamente por isso, escreveu,

Chegando em casa, não comecei a ler. Fingia que não o tinha, só para depois ter o susto de o ter. Horas depois abri-o, li algumas linhas maravilhosas, fechei-o de novo, fui passear pela casa, adiei ainda mais indo comer pão com manteiga, fingi que não sabia onde guardara o livro, achava-o, abria-o por alguns instantes. Criava as mais falsas dificuldades para aquela coisa clandestina que era a felicidade. A felicidade sempre iria ser clandestina para mim. Parece que eu já pressentia (LISPECTOR, 1971, p. 8).

Repetidas vezes, gozou da felicidade. Ela sabia que seria momentânea, passageira, clandestina (conforme assevera). O êxtase confirmava a ideia plena de estar feliz e pagava a humilhação que sofrera, “Às vezes sentava-me na rede, balançando-me com o livro aberto no colo, sem tocá-lo, em êxtase puríssimo”. Depois do sofrimento, veio a recompensa de ser afetada pela boa sensação de ter o livro.

A felicidade fora clandestina em seu momento e nunca deixaria de sê-la. A narradora-personagem se vale do advérbio “sempre” para deixar o leitor informado de que sua felicidade não perdura; começa e termina em pouco espaço de tempo, diferentemente do pensamento canônico de uma vida totalmente feliz. Essa significação se constrói por um trabalho de escrita desenvolvido progressivamente na narrativa pelo fato de a narradora se apropriar de uma significação do elemento linguístico em outro campo significativo. Diante desse entendimento, vale saber que

A investigação da significação de um ou outro elemento linguístico pode [...] orientar-se para duas direções: para o estágio superior, o tema; neste caso tratar-se-ia da investigação da significação contextual de uma dada palavra nas condições de uma enunciação concreta. Ou então ela pode tender para o estágio inferior, o da significação: neste caso será a investigação da significação da palavra no sistema da língua, ou em outros termos a investigação da palavra dicionarizada (BAKHTIN, 1992, p. 131).

É importante o comentário acima, Bakhtin (1992) orienta para uma significação da palavra em seu contexto. Diante disso, a palavra num texto pode ser válida de duas formas, de um modo próprio dicionarizado, ou de uma diversa significação superior canônica; ou na análise da sua significação no sistema linguístico. No conto aqui em pauta, é possível compreender a referência da narradora-personagem a uma felicidade canonizada, mas que para si sempre foi clandestina. A busca pela significação da palavra se efetiva no interlocutor diante da atividade leitora, ou comunicativa, pelo texto. É nesse instante que é possível inferir do interlocutor a significação da palavra que venha ali a ter e pôr em exercício de compreensão. Diante disso, é possível discorrer que

Compreender é opor à palavra do locutor uma contra palavra. [...] Na verdade, a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva. [...] Ela é o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro. É como uma faísca elétrica que só se produz quando há contato dos dois polos opostos. Aqueles que ignoram o tema (que só é acessível a um ato de compreensão ativa e responsiva) e que, procurando definir o sentido de uma palavra, atingem o seu valor inferior, sempre estável e idêntico a si mesmo, é como se quisessem acender uma lâmpada depois de terem cortado a corrente. Só a corrente da comunicação verbal fornece à palavra a luz da sua significação (BAKHTIN, 1992, p. 132).

A retomada da infância na fase adulta para lembrar um fato feliz na vida da narradora-personagem, ou melhor, de continuidades felizes, diz ao leitor sua tomada de percepção de uma vida de fragmentos de felicidade. A clandestinidade se configura diante de um objeto que não lhe pertence, mas é onde ainda permanece a causa de ela estar feliz. Nada compromete sua alegria, a não ser *As Reinações de Narizinho*, de Monteiro Lobato (LISPECTOR, 1971, p. 6). Ela queria lê-lo. Essa era sua ambição; ou melhor, essa era a sua necessidade para ser feliz.

A narradora-personagem une dois momentos de sua vida no conto: de leitora, ainda criança; e de escritora, já adulta, por ser uma necessidade de contar seus fatos justamente para declarar que “a felicidade sempre seria clandestina para mim” (LISPECTOR, 1971, p. 8). Chama a atenção o fato de a narradora terminar o último período do conto da seguinte maneira, “Não era mais uma menina com um livro: era uma

mulher com o seu amante” (LISPECTOR, 1971, p. 8). A menina e a mulher se unem numa metáfora de união comparativa passageira diante de uma concretização da felicidade que não lhe pertence de fato, mas que acontece por empréstimo.

A busca da narradora pelo tão sonhado livro não é de se admirar. Ela representa muitas e muitas pessoas com objetivos próprios, pois o homem sempre procurou ser feliz em muitas instâncias da vida. Suas vontades estiveram sujeitas à satisfação, ao prazer e aos bons agrados. Logicamente estabelecida por diversas abordagens teóricas, a felicidade não deixa de ser um fato relevante ao ponto de ser reconhecida por diversas áreas de conhecimento e observada de muitos ângulos. Ela é relativa, certamente, porque a filosofia a considera um estado de ser ou de estar feliz, ao passo que a religião a tem como um prêmio divino por boas práticas na terra. Independentemente de qualquer discussão, o homem não deixa de alimentar sonhos e objetivos para garantir sua felicidade, seja para sempre ou clandestina.

PALAVRAS FINAIS

É significativo perceber que o texto literário, independentemente da sua extensão, carrega um alcance imensurável de possibilidades interpretativas no universo de significados construídos a partir do objeto basilar lexical da escrita. Diante dessa perspectiva, o trabalho perceptivo da significação canônica de determinada palavra pode não estar sendo concretizado pelo próprio léxico no texto, mas a sua marca com outro significado dialoga com a tomada tradicional do que pode estar sendo tratado.

No conto “Felicidade Clandestina”, a palavra felicidade não dá nome à tão sonhada felicidade finita. A autora intitula seu conto com duas palavras (substantivo e adjetivo, respectivamente) que se completam, desviando-se do sentido canônico: felicidade para sempre; mas do inesperado: felicidade de instantes, clandestina, conforme já é avisado no título. Assim, o dialogismo da ideia de felicidade infinita, contínua, ininterrupta, é indiretamente posto ao leitor. Sabemos que a narradora também conhece a felicidade dos contos de fadas: felizes para sempre..., porém a sua história não ocorrera assim; e talvez nunca tivesse acontecido, pois sua felicidade sempre lhe era clandestina. Por essa percepção, torna-se possível destacar no artigo do professor Isaac Epstein que

A felicidade foi sempre o supremo objetivo do ser humano. Mas como obtê-la? Maximizando os prazeres individuais e minimizando a dor? E se a felicidade de um ser humano for a causa da infelicidade de outro? A questão ética sempre foi um empecilho para se considerar a felicidade como um problema exclusivamente individual. Aristóteles também considerava a felicidade como o objetivo primeiro do homem, porque não é um bem que almejamos como meio de obter outro bem, mas a queremos por ela própria. Uma das características da felicida-

de é ser considerada desde a antiguidade como *osummum bonum*, isso é, o bem supremo. (EPSTEIN, 2014, n/p).

Das diversas tomadas de conceito, seja da filosofia, da religião e dos poetas, a plurissignificação está mais que atuante, embora tenhamos um conceito canônico de felicidade. Talvez, ser feliz seja realmente uma necessidade cujo motivo elimina o que já não tem mais importância na vida de alguém, e dá espaço para um novo sonho, uma utopia, um desejo, um projeto, uma realização. Com essa análise, é possível compreender que a narradora, de fato, foi feliz, embora clandestinamente.

REFERENCIAL

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 6ª. Ed. São Paulo: Martis Fontes, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem 5ª ed. Tradução por Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1992.

BERTI, Enrico. *No princípio era a maravilha: as grandes questões da filosofia antiga*. 1ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

DRIVER, Stéphanier Schwatz. *A Declaração de Independência dos Estados Unidos*. Tradução de Mariluce Pessoa, 1ª Ed. São Paulo: Jorge Zahar, 2006.

EPSTEIN, Isaac. Da filosofia à ciência da felicidade. *ComCiência*, Campinas, n. 161, set. 2014. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542014000700008-&lng=pt&nrmiso. Acesso: 14 de ago. 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio*. 5ª edição. São Paulo: Editora Positivo, 2014.

FONSECA, Claudio Luiz Abreu. Felicidade clandestina ou a significação marginal da palavra. *Caderno Seminal digital*, ano 22, nº 26, v. 1, JUL-DEZ, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/download>. Acesso em: 18 de out. 2021.

FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Volume 2: estudos sobre a histeria (1893-1895) em coautoria com Josef Breuer / Sigmund Freud; tradução Laura Barreto; revisão da tradução Paulo César de Souza — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KANT, Emanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Ed. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

LAËRTIOS, Diôgenes. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Tradução Mário da Gama. — 2ª. Ed. — Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LISPECTOR, Clarice. *Seleta*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

MARÍAS, Julián. *A felicidade humana*. São Paulo: Duas Cidades, 1989.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. Colaboradores José Augusto de Souza Peres (et. al.). -3. ed. -14. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.